



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Título do trabalho: **VIOLÊNCIA E MÍDIA**: a legitimação da (in)justiça

Proponentes: Silene de Moraes Freire , Bianca Freire Ferreira e Andreia de Souza de Carvalho

Natureza do trabalho: Reflexão teórica

Eixo: V ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL

Tema: Direitos Humanos

Formação e titulação das proponentes

Silene de Moraes Freire - Assistente Social , Pós Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Doutora em Sociologia pela USP e Mestre em Serviço Social pela UFRJ.

Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tel: (21) 22551619, e-mail: silenefreire@gmail.com

Bianca Freire Ferreira – Advogada, Bacharel em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, Mestranda em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ. Pós Graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá (Pós Graduação lato sensu/ Especialização, 2015).

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ Tel: (21) 9269-1579, e-mail: bia.freire87@hotmail.com

Andreia de Souza de Carvalho – Assistenete Social, Mestre em História pelo PPGHIS da UERJ, Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da UFRJ.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tel: (21) 2334-0276, e-mail: andreia.proealc@gmail.com



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

VIOLÊNCIA E MÍDIA:

a legitimação da (in)justiça

RESUMO: Nossa comunicação busca resgatar as diferentes definições do fenômeno da violência relacionando-as a totalidade histórica. Temos como pressuposto a hipótese de que a atual configuração do capitalismo tardio produz índices crescentes de violência. O aumento desses índices parecem banalizados, por isso buscamos também compreender o papel da mídia na manufatura do consenso que aprofunda a (in)justiça.

Palavras chave: mídia, violência, injustiça

ABSTRACT: Our communication seeks to rescue the different definitions of the phenomenon of violence relating them to historical totality. We assume the hypothesis that the current late capitalism configuration produces rising levels of violence. The increase in these rates seems trivialized, so we seek to also understand the role of media in the manufacture of consensus that deepens the (in)justice.

Key words: media, violence, injustice



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Introdução

Na atual conjuntura o tema da violência se impôs de uma forma alarmante e evidenciou que as dificuldades de enfrentamento da questão são visíveis. Tida como um tema com diversas possibilidades de abordagens, com uma marca cada vez mais perigosa nas práticas sociais, ela tem desafiado todos os que tentam enfrentá-la. Nossa comunicação busca resgatar as diferentes definições do fenômeno da violência relacionando-as a totalidade histórica em que se inserem. Temos como pressuposto de análise a hipótese de que a atual configuração do capitalismo tardio produz índices crescentes de violência e criminalização, hoje isso pode ser estatisticamente comprovado em todos os países que incorporaram o Consenso de Washington e suas políticas criminais. O desmonte do Estado de Bem Estar Social abriu caminho para a construção de um gigantesco Estado Penal, sem ignorar que o Estado do capital sempre foi Penal, nessa direção, hoje percebemos o maior deslocamento da população desassistida pela destruição dos programas sociais e sua realocação no sistema penitenciário.

O relatório “Estado dos Direitos Humanos” de 2015 que a Anistia Internacional divulgou em 2016, demonstra que o Brasil do século XXI, infelizmente, ainda tem muito em comum com o Brasil do passado. A morte de jovens negros, as execuções extrajudiciais, os abusos policiais, a falta de transparência e a vulnerabilidade dos defensores dos direitos humanos em áreas rurais continuam sendo, e isso há cerca de 30 anos, as maiores preocupações da ONG britânica, sem que as autoridades tenham se mobilizado de forma efetiva para mudar o cenário.

Há um consenso que não faz com que haja uma indignação capaz de alterar esse quadro. Aqui buscamos compreender o papel da mídia na manufatura do consenso que aprofunda a barbárie em nosso país.

O Fenômeno da Violência



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Em artigo publicado no Jornal do Brasil o filósofo Leandro Konder (06/2003) ao discutir a questão da violência com base na observação de Bertolt Brecht ao refletir sobre a violência: "por que chamamos de violento um rio que na época das chuvas enche demais e transborda, provocando uma enchente?", e por que não prestamos atenção à violência das margens, que impõem ao rio a obrigação de ficar limitado permanentemente ao seu leito, a um caminho predeterminado? Tal pergunta se faz relevante quando pensamos a questão da violência.

A enchente, como observou Brecht, é um momento excepcional, tem efeitos imediatos que nos causam forte impressão. A transformação do leito do rio num cárcere, por obra e graça de suas margens, é mais discreta, passa por "natural". A violência é esse passar por natural. Não é uma questão nova, mas é sempre uma questão pouco discutida, pouco compreendida. Cujas responsabilização, na maior parte dos casos é dada a própria vítima.

Alexandre Guilherme Motta Graduando em Sociologia pela Universidade de Brasília , no final da década de 1990 já fazia a seguinte reflexão: "Por que aqueles meninos atearam fogo ao índio Galdino? A resposta é simples: Porque pode!" (TOLEDO,30./04/1997a). Eles podem, eles não são a imagem da violência que a cultura política brasileira reproduz.

Num ensaio indignado Toledo (1997a) mostrou como a população brasileira vem sendo socializada a cometer violências ou mesmo aceitá-las como normal na vida cotidiana, apenas revoltando-se quando os fatos são mostrados e explorados pela mídia. Nesta reflexão pretendemos mostrar como a visão inculcada na maioria da população e que nos é passada das pessoas pobres ou mesmo a impunidade reinante no país levam o cidadão comum e a autoridade constituída (a polícia) a cometer as maiores barbaridade como sendo normais e/ou naturais...

Neste sentido, vale mencionar que a violência atualmente, no Brasil, é um fenômeno "natural" tanto no meio urbano quanto rural, como demonstra a citação a seguir:

Os massacre feitos pela polícia - exemplo das dezenove execuções sumárias de dezenove trabalhadores sem terra, no Pará em Abril de 1996 - são também freqüentes. Em áreas de conflito no campo a polícia age em conluio com os proprietário de terra e com os políticos locais. Em Corumbiara, Estado de Rondônia, em 09 de Agosto de 1995, ao atacarem o acampamento de 1.200 trabalhadores rurais, cerca de 200 oficiais da PM assassinaram 10 dos invasores que tentavam cultivar a terra. Em motins presidiários tem também sido freqüente o uso da violência fatal. Em fevereiro de 1992 a PM-SP matou 111 presos após uma rebelião de 7.000 na casa de detenção.(PINHEIRO,1997 apud FREIRE, 2003, p.10)



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Entretanto, parece-nos claro que a forma como se dá essa violência nos centros urbanos é tão ou mais cruel, e onde é atualmente gestada de forma mais gritante as formas de socialização que corroboram e legitimam tais atitudes violentas e a grande impunidade que reinam no país.

Não são poucos os autores que ao analisarem essa questão destacaram o fato de que ao longo do tempo foi-se criando uma imagem inferiorizada das camadas mais baixas da população, mostrando-os como preguiçosos, o Jeca Tatu, por exemplo, e atualmente mostrando-os como possíveis marginais e inimigos da ordem. Essa imagem forja na população a ideia de que atacar a um pobre é ou evitar que este agrida alguém ou castigar a um criminoso que já agrediu. Não por acaso, a maior parte das pessoas quando estimuladas a responder quem são os favelados classificam-nos automaticamente de bandidos, não atentando para o fato de que a grande maioria deles são de fato trabalhadores honestos. Veja-se como exemplo claro a resposta dada pelos agressores do índio Galdino quando perguntados por que fizeram tal ato: "Pensamos que fosse um mendigo". Então nos remetemos a citação inicial, se for mendigo, ou seja, "um criminoso em potencial" pode.

A sociedade historicamente coloca a eventual necessidade de punições, entretanto no caso de agressões gratuitas a indivíduos somente porque estes são pobres, é de fato punir alguém pela cultura elitista que a sociedade induziu seus membros a imputarem. Ou seja, atribuir uma visão de agressor ou possível agressor em outro indivíduo pelo simples fato deste ser pobre e eventualmente querer rebelar-se de sua condição e reclamar a cidadania que lhe é direito, entretanto o que é mais grave é que as agressões partem sem essa reflexão, acontecem pelo simples fato de que "pode", ainda que qualquer agressão deste gênero seja por definição um aberração.

O número de homicídios no Brasil –mais de 58.000 por ano, segundo o último relatório do Fórum de Segurança Pública – continua sendo alarmante, segundo a Anistia Internacional. O capítulo dedicado ao Brasil no relatório critica que o Governo Dilma Rousseff ainda não tenha implementado o Plano Nacional de Redução de Homicídios, prometido em julho de 2014. O número absoluto de homicídios é uma calamidade que chama a atenção a muito tempo não só da Anistia, senão de muitas outras organizações, e a sociedade continua olhando para outro



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

lado. O foco dessa violência, como demonstram os números da letalidade no Brasil coletados pelo Fórum, continua sendo o mesmo: jovens e negros das periferias.

Outro fator importante é a impunidade que desde sempre reinou no Brasil desde os coronéis, "senhores de vida e morte de suas famílias e agregados", ou mesmo quando a milícia imperial castigava a seu bel prazer ou ainda de quando era lícito matar-se pela honra, ademais o ser humano foi "coisificado" neste país desde sua colonização, mire-se os índios e depois os negros africanos. A impunidade é vigente desde o governo, até no sempre presente "jeitinho brasileiro", o mais grave é que leis antigas e condescendentes facilitam de alguma forma que criminosos saiam-se bem de suas faltas ou por problemas de processos ou por incompetência nas investigações, levando a população a não temer por seus atos, quanto mais aqueles que detém o poder.

Estado e Violência: uma relação destrutiva no Brasil

O Estado, segundo a teoria política, é o detentor legal e legítimo do uso da violência, sendo assim é legítimo o uso da força pela polícia que é o órgão adequado do Estado para coibir e controlar em primeira instância os desvios dos indivíduos ou grupos destes. O que leva ao poder do estado a coibir ações individualizadas de forma a subverter a ordem instituída, ou seja, a disciplinar a sociedade. Entretanto o poder de polícia está limitado ao uso da força dentro dos limites da lei e na forma desta, quando a polícia usa de sua autoridade coercitiva para molestar os indivíduos é apenas fruto de uma sociedade com sentido moral "equivocado".

A polícia da forma que hora encontra-se no país e dejetado de um regime militar que além de privilegiar a impunidade do seu aparato repressor, ainda montou uma "polícia militar", que como diz Brasilmar F. Nunes: "militar é treinado para a guerra, portanto para lidar com o inimigo, o que faz do nosso sistema de polícia agressivo por natureza". Desta feita, junte-se a isso a corrupção e a prepotência difundidas em nossa sociedade o resultado não poderia ser outro que não uma polícia arbitrária, agressiva e muitas vezes fora da legalidade instituída.

Isso fica ainda mais grave quando olhamos para o papel que o Estado tem nesse volume de homicídios. Uma parte grande dessas mortes são causadas pela polícia em operações formais ou paralelas, em grupos de extermínio ou milícias", explica Roque. Alguns casos que saíram à luz em 2015 ilustram bem essa realidade. A chacina de Osasco (São Paulo) onde, em apenas uma noite, foram assassinadas 18 pessoas supostamente por policiais ou a execução de cinco jovens com mais de 100 tiros de fuzil vindos de policiais militares em Costa Barros, um subúrbio do Rio, foram só algumas delas.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A impunidade costuma ser, segundo a Anistia, uma constante. Segundo o relatório, “policiais responsáveis por execuções extrajudiciais desfrutaram de quase total impunidade”. A ONG ilustra sua conclusão com dados da cidade do Rio de Janeiro e critica a ausência de informações que permitam calcular o impacto da violência policial no país. “Das 220 investigações sobre homicídios cometidos por policiais abertas em 2011, houve, até 2015, somente um caso em que um policial foi indiciado. Em abril de 2015, 183 dessas investigações continuavam abertas”, afirma o documento. (Relatório Anistia Internacional, 2015)

O que pode-se considerar ainda mais grave é que todos sabemos e convivemos com esses tipos de agressão às liberdades e direitos individuais, entretanto somos condicionados a nem percebermos o que passa-se em nossas cidades, pois via de regra as vítimas são pobres ou miseráveis que abundam em nossas ruas, ou seja aqueles em que pode-se bater e extorquir pois são criminosos em potencial, como desde cedo somos levados a crer.

Veja-se que nos casos citados, depois de devidamente explorados pela mídia, e de mostrar-se a exaustão cenas de violência, pode-se até esperar punições, o que não quer dizer que mudou algo na sociedade, tão somente acalentou-se o clamor popular. Outros crimes tão ou mais grotescos como a Chacina da Candelária ou a Invasão do Carandirú, entre outros, tiveram punições pífias.

E não se pense que só na violência física repousa nossa omissão, a prostituição infantil, mostrada em fotos em revistas de circulação nacional ou mesmo em programas de televisão não causa a milésima parte do repúdio que deveria causar, ou se causa, existem poucos movimentos de fato da sociedade para mudar isso. A submissão ao poder das famílias sobre os filhos, o machismo arraigado da sociedade brasileira, menos o poder instituído, e mais os pequenos poderes atados em nosso povo, leva a aceitação de um fato tão sumamente hediondo.

Tais aberrações estão ainda tão presentes em nossa cultura e somos socializados de tal forma que a aceitação, ainda que inconsciente, nos parece normal, mas a teoria parsoniana de que a mudança cultural depende da insatisfação da sociedade consigo mesma ou com suas instituições, ainda que levadas a cabo pelo efeito nem sempre louvável da mídia, parece que começa a fazer efeito entre nós. Coloca-se, no momento vivido pelo Brasil, duas situações em relevo a primeira a ausência e o cerceamento do direito à cidadania dos pobres do país, e de um outro lado o pânico das camadas médias e altas da população ante a esse pobres, e a consequente legitimação de atitudes contra estes, inclusive de forma violenta (ver:Adorno,1995). Como observou Benevides:



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Lado escuro da alma brasileira: A prática da violência em nome da ordem, da moral, da religião(...) enfim, da própria segurança nacional(...) Como nos tempos bárbaros da escravidão, o brasileiro pode matar, torturar, linchar. Quando não o faz diretamente muitas vezes justifica e aprova. (BENEVIDES 1983 apud FREIRE, 2003, p.12)

Neste sentido não podemos deixar de refletir sobre o resultado cruel da forma com que somos socializados, sobre o padrão violento que permeia e perpassa toda nossa sociedade, levando-nos a proximidade tantas e tão freqüentes vezes a barbárie.

O problema da impunidade, da violência policial e tantos outros passam antes de tudo por uma atitude *blasé* da sociedade, ou seja, toda e qualquer alteração deve antes passar por uma mudança estrutural do que conjuntural, de reavaliação de valores, que deve ser levado a cabo por uma maior consciência da população e pela necessidade de redução e eliminação das desigualdades sociais, e pela "cidadanização" de todos os brasileiros.

Parece-nos claro que visto que hoje toda a administração é feita em centros urbanos é neste lócus que deverá ser gestada a solução para a lamentável condição na qual nos encontramos, bem como os demais países onde, ainda que de forma velada, a barbárie tem sido legitimadas de alguma forma.

A violência em nosso país como vimos não é um fenômeno recente, ao contrário faz parte da formação histórica brasileira, que não é uma exceção. Aliás, a violência está na tessitura da história da humanidade. Num sentido genérico podemos dizer que ela acompanha o homem desde os primórdios de sua existência. Esse aspecto pode ser bem percebido numa passagem do filme *2001: uma odisséia no espaço*, em que o macaco antropóide descobre o osso como arma mortal de defesa. Na bela sequência do filme, o osso jogado aos céus transforma-se numa gigantesca espaçonave, sugerindo que dos primatas à conquista das estrelas, ao menos em sentido geral, a violência permanece no interior da história humana. Entretanto, ainda que presente em todas as épocas das sociedades e grupos humanos, e manifestando-se de diferentes formas, a violência não é um aspecto inato ao homem, mas contrariamente trata-se de um fenômeno social e diferenciado histórico e culturalmente, de difícil compreensão. Tida como um tema com diversas possibilidades de abordagens, como uma marca cada vez mais perigosa, alardeada entre as práticas sociais, ela tem desafiado todos os que tentam enfrentá-la. Falar da violência, para solucioná-la e/ou reduzi-la, requer um ponto de vista com certo grau de fundamentação. Não exige que esse seja abrangente, translúcido ou o mais verdadeiro. Apenas que revele miopias, pequenos erros, infortúnios, zonas cinzas da sua genealogia, de sua busca desesperada por uma pacificação ainda artificial.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

A busca de uma resposta apaziguadora tem levado muitos intelectuais a construir elaborações teóricas que problematizem essa questão. Marilena Chauí, por exemplo, tem defendido que o tema seja abordado respeitando não apenas suas múltiplas expressões, como também reconhecendo que ele se inseri numa totalidade histórica. Neste sentido, a autora conceitua a violência de forma multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo o ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais caracterizadas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. Sob esta perspectiva, a violência é valorativamente um fato negativo. É também um fenômeno complexo e dinâmico que pode ser definido de diferentes modos. Os limites de compreensão presentes no tema nos levam a observar que não por acaso as ciências sociais ensinam que nenhum discurso é capaz de abranger a totalidade de um problema humano, apesar da existência de discursos que reivindicam tal realização. Assim posto, o discurso que uma sociedade constrói para erigir em problema social um fenômeno qualquer é sempre insuficiente para nos fornecer a inteligibilidade mais ampla do problema. Isto quer dizer que devemos enfatizar o discurso sobre a violência como algo a ser analisado.

Em suma, o fenômeno da violência não pode ser interpretado sem que levemos em conta que aquilo já definido por nós como violência na sociedade também é uma interpretação social. As imagens e os discursos sociais sobre a violência não revelam o que os fatos são: indicam a possibilidade de que grupos sociais possam dizer uma verdade sobre os fatos e, ao fazê-lo, disputem "capital simbólico" que se transforma em mais poder social, de modo a tornar verdadeiro o que digam. Nossa inquietação frente a essa questão aumenta quando constatamos que a violência no Brasil tem atingindo níveis inéditos de ampliação e conseqüentemente de dramatização/interpretação do assunto, antes restrito às páginas policiais de alguns jornais.

Esse extravasamento do tema não pode desconsiderar o papel da mídia na construção das percepções dominantes, sobre a violência que hoje estão sendo forjadas/disseminadas em nosso cotidiano. A mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo, seus meios de



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

comunicação, "falam pelos e para os indivíduos". Indicam-nos não somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir. Ela nos impõe certas questões e nos faz crer que estas é que são os problemas importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este equipamento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel efetivo no incremento da violência como também representam uma das expressões da mesma. A violência é um dos poucos problemas que afetam o conjunto da população com independência de nível econômico, credo, raça, sexo, ou filiação política. Fatos dramáticos se encarregam, constantemente, de repor na vida de cidadãos e governantes o mesmo tema. Sustentados no interesse despertado pela questão, os meios de comunicação de massa simulam padrões consensuais de conduta, produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação, forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões.. A mídia ao narrar repetidamente um acontecimento, faz com que passe a ter o "o peso indiscutível de provas históricas seculares". Todo e qualquer acontecimento que hoje não se faça presente nos *mass media* não existiu, não aconteceu. Não é apenas relegado ao esquecimento; passa a não existir.

As formas como a mídia produz realidades, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam o tema da violência quando estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os "suspeitos", os "discrimináveis", os "perigosos", os "infames", os "locais perigosos". Como observou Cecília Coimbra (2001), no início do século XX, era por meio de razões raciais, eugênicas e higienistas que se tentava entender a violência e a criminalidade. Posteriormente, nos anos 40 e 50, passou-se a explicá-la por questões relativas a determinados meios ambientes - pobres e sem estímulos- e, mais recentemente, nas décadas de 60 e 70, por "desestruturação familiar". Embora essas razões coexistissem ao longo de todas as etapas, umas se sobrepunham às outras, dependendo das práticas então emergentes em determinados momentos. Portanto, faz-se mister desconstruir as interpretações lineares que dominam o debate sobre a violência nos dias de hoje. Não estamos com isso julgando a mídia como a grande vilã da generalização do fenômeno da violência, como se estivéssemos à mercê de seu enorme poder. Precisamos, diferentemente, entendê-la e pensar seus possíveis efeitos negativos na compreensão da realidade social. Se os elevados níveis de violência e criminalidade que hoje vivenciamos por si só tem nos tolhido o exercício de várias formas de liberdade, é indubitável que as interpretações lineares que se fazem dos



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

mesmos ao gerarem relações intersubjetivas capazes de intimidar pelo medo e o terror que imprimem, também acabam aprisionando os indivíduos, ou seja privando-os de sua liberdade.

Considerações Finais

O que procuramos tratar nesta breve comunicação é dos perigos que hoje enfrentamos com as questões que vem sendo postuladas com relação a questão da violência urbana. A banalização e naturalização do fenômeno da violência (estimulado pela mídia) não só tem gerado equívocos assustadores na compreensão da questão, como tem construído uma espécie de criminalização da 'questão social'. Essa visão, no Brasil, também não é recente basta recordarmos o enfrentamento da questão social no período da Primeira República. Melhor dizendo, esse tipo de leitura da realidade serve de argumento para a não participação do Estado na esfera social, como propõe a agenda neoliberal na história recente. No Rio de Janeiro esse fenômeno pode ser facilmente percebido nos últimos anos. Na verdade, como observou Leandro Konder,

essa onda de violência que tanto nos angustia tem várias matrizes, diversos geradores. As causas interferem umas nas outras. As frustrações, a multiplicação dos ódios, a agressividade crescente, as mágoas, as manifestações de medo e desespero estão espalhadas por toda parte e se alimentam de estímulos culturais, mas se alimentam sobretudo das experiências vividas pelas pessoas na realidade material, na vida prática da sociedade, tal como está organizada (JB:06/2003).

A questão da violência e da punição seletiva revela claramente os limites da justiça em nosso país e a força da mídia que reproduz essa cultura.

Não podemos estar certos de que as leis de um determinado Estado nunca possam ser instrumentos de terríveis injustiças, a julgar por aquelas leis que vigoraram na África do Sul do Apartheid ou pelas leis sanitárias de Nuremberg, na Alemanha Nazista ou pelas inúmeras leis que ainda conferem privilégios injustificáveis no Brasil de hoje, como aquela que estabelece pensão vitalícia para ex-governador de Estado ou aquela que garante aposentadoria parlamentar para políticos que exerceram apenas um único mandato e sequer recolheram para a previdência. Mas também não podemos ignorar que mesmos as leis boas, como se diz no senso comum, possuem limites quando interpretadas de modo a garantir o justicamento sob uma determinada classe social e não a garantia da justiça no seu potencial universal.

Também não podemos ignorar que a crise atual tem a ver com distorções culturais, deformações políticas, perversões éticas, porém nenhuma análise dela pode se aprofundar sem se defrontar com os problemas derivados da economia. Melhor dizendo, dos interesses do capital.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

A economia, não devemos esquecer, como observou Konder (idem), é uma esfera na qual os homens fazem escolhas, tomam decisões. Existem alternativas: o econômico não pode ser considerado um quadro tão inevitável como se fosse "natural". E, tal como o vemos hoje, é um quadro muito insalubre, que dificulta muito qualquer esforço para reduzir os índices de violência.

Altos índices de desemprego, por exemplo, geram violência. Extrema desigualdade social, abismo crescente entre ricos e pobres, exagerada concentração de renda também geram violência. Casos de corrupção em altas esferas, ao permanecerem impunes, criam tensões e impulsos de revolta (ou cinismo) que constituem um caldo de cultura propício à violência. (KONDER, idem)

A violência, como já foi dito, aumenta em função de muitos aspectos. Mas nenhum deles pode diminuir as causas econômicas - que, afinal, são fundamentais - que deviam merecer uma atenção muito especial, tanto por parte da mídia como por parte do governo. O que assistimos é um certo esquecimento da presença das desgraças estruturais da nossa economia nas grandes discussões a respeito da violência, esse esquecimento não é fortuito e encontra-se em plena consonância com o aprofundamento da agenda neoliberal.

Referências Bibliográficas.

CHAUÍ, M. A Criação Histórica. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.

COIMBRA, C. Operação Rio. O mito das classes perigosas. Rio de Janeiro, Oficina do autor, 2001.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Ed. Graal, 11a ed., Introdução, Rio de Janeiro, 1995.

FREIRE, S.de M. As (in)definições do fenômeno da violência: alcances e limites. Rio de Janeiro, Jornal da ABI, 2003.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Ed. Record, 31a ed., Rio de Janeiro, 1996.

KONDER, L. A questão da violência. Jornal do Brasil, junho de 2003,

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. Ed. Brasiliense, 24a ed. (1a ed. 1942), parte 3, cap. 16, São Paulo, 1996.

Relatório Anistia Internacional: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/> Acesso em 20 de março de 2016.

SOARES, L.E. (org) Violência urbana , negrotesco e mídia. São Paulo, Cortez, 1992.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVICO
SOCIAL
NO BRASIL**

TOLEDO, R. P. "Muitos Carros Contra Nenhuma Cama" In: Revista Veja, no 17, ano 30, São Paulo, 1997a.

_____. "Tanta Normalidade Ainda Acaba Conosco" In: Revista Veja, no 15, ano 30, São Paulo, 1997.